



PROGRAMA ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2024

Apresentação:

O PSTU participará, mais uma vez, do processo eleitoral municipal de Belém. As eleições 2024 ocorrem após a vitória da frente ampla de Lula-Alckmin contra Bolsonaro e, sem dúvida, reflexos da polarização política do país estarão presentes nas disputas. Vamos aproveitar esse momento, quando o debate político passa a fazer parte do cotidiano da população, para apresentar e debater um programa alternativo para resolver os problemas de nossa classe. Estaremos discutindo os grandes problemas da cidade, como transporte, moradia, saneamento básico, saúde, educação, desemprego e renda.

Porém, essa discussão será feita à luz da situação nacional, uma vez que a lógica do sistema econômico e social do país é diretamente responsável pelo que ocorre nas cidades brasileiras. Não podemos debater os problemas concretos das cidades sem considerar as políticas do governo federal, calcadas no ataque ao nível de vida dos trabalhadores, com um salário mínimo vergonhoso, retirada de direitos, inflação, por um lado, enquanto que por outro protege os interesses dos ricos, com subsídios bilionários, fortunas ao agronegócio e mais da metade da riqueza produzida no país entregue aos banqueiros. O arcabouço fiscal que restringe os gastos do governo federal é aplicado com a mesma eficiência pelos governadores e prefeitos país a fora. Por isso, mais do que nunca os problemas das cidades estão relacionados à situação do país.

Em 2020, em pleno governo Bolsonaro e no auge da pandemia de COVID-19, a polarização nacional era intensa. Belém, sob a administração de Zenaldo, virou uma cidade caótica, com milhares de desempregados, aumento descontrolado dos preços de alimentos, transporte público deficiente e caro, com uma saúde pública destruída, com escolas públicas sucateadas, com saneamento básico beirando a zero, com déficit de moradia recorde, entre outros eternos problema. Como Bolsonaro, defendeu o fim do já precário isolamento social para atividades econômicas não essenciais, obrigando os trabalhadores a se aglomerarem nos ônibus, nos canteiros de obras, nas fábricas e oficinas, nos serviços públicos e no comércio. O saldo foram milhares de pessoas mortas.

Foi nesse cenário que Edmilson Rodrigues (PSOL) foi eleito prefeito de Belém, pela coligação "Belém de Novas Ideias", em uma vitória apertada, no segundo turno, contra o candidato da extrema direita apoiado por Bolsonaro. Prometendo solucionar os principais problemas da cidade, Edmilson recebeu apoio do próprio Governador Helder Barbalho no segundo turno, ampliando ainda mais o arco de sua aliança.

Mas a verdade é que Edmilson fez uma gestão desastrosa, de subserviência à burguesia local. Do programa de transferência de renda, o "Bora Belém" (com seus valores pífios), à coleta de lixo, a administração de Edmilson não se diferenciou em quase nada daquela do prefeito anterior. Belém continuou abandonada, os trabalhadores e a juventude pobre na mesma penúria no transporte, na saúde, na educação e no desemprego e trabalho informal. Além disso, é responsável pelo crescimento da extrema direita causado pela desilusão das massas com suas promessas não cumpridas. Pesquisas recentes apontam que ele cumpriu apenas 33% das 24 promessas de campanha; 12,5% parcialmente cumpridas e 54% não cumpridas. Hoje amarga a pior avaliação entre todos os prefeitos do país (75%), sendo apoiado por apenas 21% da população da cidade.



Apesar do fracasso de sua gestão Edmilson vai tentar a reeleição com um arco de aliança quase igual ao primeiro, o que já é um aceno de que, caso ganhe, a tendência é tudo se manter como está. Vai disputar principalmente com duas chapas da direita, a tradicional, do clã Barbalho, com Igor Normando, e a da extrema direita com Éder Mauro, apoiado por Bolsonaro, e na frente das pesquisas de intenção de votos desde o início.

Para o partido revolucionário será um grande desafio aproveitar a polarização e as contradições dessas chapas que possuem em comum o fato de irem governar para o capital, para entrarmos firmes perante os trabalhadores, juventude e o povo pobre das periferias de Belém com nosso programa socialista.

O programa do PSTU para a prefeitura de Belém vai responder aos principais problemas da cidade, mas alerta que estes problemas têm origem na crise econômica provocada pelas grandes empresas, pelos bancos nacionais e internacionais e pelos grandes donos de terra que não fazem outra coisa a não ser aumentar seus lucros, mesmo que para isso escravizem toda a população.

O PSTU afirma também que esta exploração é essencial para manter o sistema capitalista de pé. Por isso afirmamos que para acabar com o desemprego, o déficit de moradias e investir na saúde pública e educação é necessário lutar e pôr abaixo o sistema econômico capitalista, que joga milhões de pessoas na miséria, nas doenças e na morte. É necessário superar o capitalismo com um governo socialista dos trabalhadores.

Nosso programa defende um plano básico de ação para mudar radicalmente a vida da classe trabalhadora e do povo pobre de Belém para melhor:

1) Emprego e Renda:

O PSTU propõe um Plano de Obras Públicas (POP) organizado por uma empresa estatal pública, controlada pelos trabalhadores, por meio de Conselhos Populares e suas organizações. Apesar do desemprego não se encontrar nos índices de 2020, Belém continua tendo milhares de desempregados e um dos maiores índices de trabalho informal do país. Em 2023 o Pará foi campeão nacional da informalidade, com mais de 60% dos trabalhadores nessa condição, a maioria em Belém. Apenas 28% da mão de obra ativa possui trabalho fixo. O POP pode articular a luta pelo trabalho e renda com as lutas do povo pobre por educação, saúde, saneamento e moradia.

O desemprego deve ser combatido, também, através do fim das terceirizações e da precarização do trabalho, com a redução das horas trabalhadas para 30 horas sem redução dos salários, para abrir mais vagas de trabalho; com a revogação das reformas Trabalhista e da Previdência; a contratação dos trabalhadores pelas empresas de limpeza e manutenção de Instituições de toda a Prefeitura de Belém (das áreas da saúde, da educação, da administração, da coleta de lixo urbano, etc...), com carteira assinada, todos os direitos trabalhistas garantidos e dobrar o salário mínimo rumo ao salário do DIEESE (R\$ 6.802,88).

1) Serviços públicos:

Belém sofre da falta crônica de hospitais, de unidades básicas de saúde, de escolas, creches, limpeza e infraestrutura urbana para todas as favelas e bairros de periferia. O POP tem como objetivo superar estes problemas dos serviços públicos com construção de UBS's (ou Unidades municipais de Saúde), creches, moradias e obras de universalização do saneamento. Ao mesmo tempo abriria inúmeras vagas de empregos na construção civil, bem como na indústria de transformação, no comércio, na produção de alimentos e noutros ramos da economia.

2) Saneamento:

O Saneamento em Belém compreende os sistemas de: Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Drenagem Urbana e Manejo das Águas Pluviais e Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos. Apesar do Plano de Saneamento vigente e outras diversas leis burguesas preverem a mobilização social na elaboração, aprovação, execução, avaliação e revisão do Plano, esta participação tem sido meramente propaganda e não acontece na realidade dos trabalhadores belenenses. Pois as audiências públicas realizadas são em lugares elitizados e longe das periferias onde os trabalhadores moram, área que será impactada pelos projetos debatidos.

O Saneamento em Belém está em profundo declínio e processos de entrega e privatização. Desde 2014 o abastecimento de água realizado pela Saaeb foi assumido pela Cosanpa, sendo colocado sob administração do governo estadual. Desde fevereiro de 2024, o Manejo dos Resíduos Sólidos está sob a gestão da Ciclus Amazônia S.A pelo irrisório montante de R\$ 926.763.897,98. Já há em estudo um projeto de Concessão Administrativa dos Serviços Públicos de Manejo de Águas Pluviais.

84% da população de Belém não possui serviços de água e esgoto, sendo o quarto pior saneamento básico do país. A exemplo disto, o abastecimento de água atinge somente 71,27% das residências em Belém e somente 0,98% das residências de Belém possui esgoto tratado (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, ABES/Serviço Nacional de Informações Sobre Saneamento, SNIS/2018).

É preciso construir conselhos populares sobre saneamento nos bairros e transformá-los em instância real de governo. Colocar Belém nas mãos dos trabalhadores e do povo pobre é a nossa meta. São os trabalhadores que devem decidir os rumos da política para o saneamento e não empresas e agentes públicos comprometidos com empresários.

- Não à privatização do serviço de saneamento!

- Valorizar os servidores públicos que já compõem o serviço municipal na secretaria de Saneamento (SESAN), concurso público para acabar com contratos e terceirizações que submetem trabalhadores a empregos e ambientes de trabalhos precários e mal remunerados.- Estatização das empresas que prestam serviços e absorção dos trabalhadores

- Construir uma Política Estratégica para desativar o Lixão do Aurá e elaborar alternativas ambientais para a Reciclagem e Tratamento de Resíduos Sólidos, além de um Programa de Educação Ambiental para a População de Belém, nas escolas e com auxílio de Propaganda e Comunicação na Mídia.

4) Saúde:

O serviço de saúde em Belém é insuficiente e precário. Segundo critérios do próprio Ministério da Saúde, os Prontos Socorros, as Unidades Básicas e UPAS estão abaixo do necessário. Belém possui uma população de cerca de 1 milhão, 303 mil, 389 habitantes (CENSO/2022), então, para atender às necessidades de atenção básica de saúde da população, seriam necessárias 125 Unidades Municipais de Saúde, mas o município possui apenas 32 UMS's. O município deveria ter de 07 a 08 Prontos Socorros Municipais, mas Belém possui somente 03, da 14 de Março, do Guamá e o recentemente inaugurado da Augusto Montenegro (pelo governador do Estado). Belém, pela população que tem deveria ter de 07 a 08 UPAS, quando há apenas 04 na cidade. Além destas medidas, são necessárias outras respostas mais amplas, de caráter nacional, como: ampliação geral do SUS e estatização dos hospitais, serviços e equipamentos da rede privada, e contratação de todos os seus profissionais pelo Estado. Um Plano de Obras deveria, inicialmente, pelo menos, seguir os padrões do ministério da Saúde que prevê, um pronto Socorro e uma UPA por 200 mil habitantes e um Unidade Básica de Saúde por 12 mil habitantes.

5) Moradia:

O déficit também é crônico. Faltam mais de cem mil moradias para as famílias de trabalhadores que ou não têm onde morar ou moram em condições muito precárias. 175 mil pessoas vivem em áreas de risco na capital, 165 mil em áreas de alto risco de inundação, alagamentos e erosão costeira (IBGE). O POP deve enfrentar este problema para superar não só falta de moradia, porém suas consequências na saúde pública, segurança e na escolaridade.

6) Educação:

Construção de escolas, merenda escolar e o salário dos professores são um dos grandes problemas enfrentados pela população e pelos trabalhadores da educação em Belém. Dados sobre educação do município de Belém, apresentados no portal Qedu, demonstram que quando o governo Edmilson assumiu a prefeitura da cidade, em 2020, existiam 135 escolas públicas municipais. No ano de 2023, este número aumentou para 137, ou seja, na gestão municipal do PSOL, apenas duas novas escolas foram construídas. Em relação a quantidade de matrículas a situação regrediu em vez de avançar. Em 2020, haviam 4.709 crianças matriculadas em creches públicas municipais; em 2023, essas matrículas caíram para 4.239, ou seja, uma redução de 10%. Em pré-escolares, haviam 12.938 crianças matriculadas em 2020, o que foi reduzido para 11.346 matrículas em 2023, o que representou uma redução de 12,3%. Já nos anos iniciais do Ensino Fundamental, haviam 32.407 matrículas, em 2020; três anos depois, as matrículas nesta modalidade de ensino caíram para 28.675, o que significou uma redução de 11,5%.

O resultante do governo Edmilson na educação é uma redução do poder público municipal no atendimento a crianças e jovens, o que se concretiza na redução de 5.784 matrículas de creches, pré-escolas e anos iniciais do Ensino Fundamental, desde o início de seu mandato até o ano de 2023. Todavia, o setor privado da educação tem crescido paulatinamente: se em 2020, haviam 4.043 matrículas em creches particulares, em 2023, este número salta para 5.267. Um aumento de 1.224 novas vagas em 4 anos, o que representou pouco mais de 30%. Para além dos dados concretos, o prefeito Edmilson recentemente publicou em suas redes sociais, com tom de satisfação e orgulho, o anúncio de uma parceria com o grupo "Ser Educacional", um dos maiores grupos privados da educação brasileira, o que só reforça a visão privatista de sua gestão. Portanto, ao contrário da visão que o PSOL prega, na capital paraense, a educação pública retrocedeu enquanto o setor privado avança, a partir de uma definida política governamental, o que tem impacto concreto nas famílias pobres, sobretudo, nas chefiadas por mulheres e negras, nas quais se encontram marginalizadas do acesso ao poder público

O nosso programa defende como princípio a defesa da educação municipal pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada, o que significa a construção de mais escolas públicas municipais, de mais creches, sobretudo em bairros da periferia de Belém. Defendemos dobrar imediatamente a oferta de matrículas em creches públicas municipais. Construir novas creches nos bairros onde elas não existem ou são insuficientes. Fazer concurso público para cuidadores, pedagogos, psicólogos e professores de educação infantil e valorizar realmente os trabalhadores e trabalhadoras da educação pública municipal.

Outra praga na educação pública do município são as terceirizações da mão de obra, principalmente entre os profissionais de manutenção (obras, reparos e limpeza). Nossa proposta é que todos estes trabalhadores sejam contratados pelo Estado com todos os seus direitos atendidos e que as atuais empresas privadas de limpeza e de manutenção sejam estatizadas, caso não contratem com carteira assinada e garantam salários dignos e todos os direitos trabalhistas garantidos.

Defendemos um programa de capacitação do corpo docente e técnico municipal a partir de parcerias com a Universidade Estadual e Universidade Federal do Pará, com vistas a incentivo e oferta de cursos de mestrado e doutorado, voltados a problematizar a realidade específica da região metropolitana de Belém, incluindo especialmente as suas ilhas.

Somos contrários às escolas cívico-militares. Lugar de polícia não é na escola. É preciso que a escola pública municipal seja um local de acolhimento e reflexão dos problemas da comunidade, o que inclui o combate à violência urbana e a todas as formas de opressão, ou seja, que se pautem por uma educação antirracista, contra o machismo e a violência lgbtifóbica.

7) Transporte Público

Dentre os inúmeros problemas cotidianos que a população mundial enfrenta, o transporte é um dos mais importantes, sendo o principal meio de locomoção da população e bens em todo o mundo. Sendo por rodovias, ferrovias, hidrovias e outros, afetando diretamente o desenvolvimento da economia, da saúde, do comércio, da educação, a qualidade de vida, etc... No Brasil, o crescimento desordenado das cidades e a industrialização (também desorganizada e tardia) tornam o problema muito maior, uma vez que a necessidade de interligar as grandes metrópoles se choca com o caos que esse crescimento das cidades, o inchaço populacional e as privatizações acarretam, fazendo com que qualquer melhoria qualitativa do transporte passe por um processo de transformação no modo de como a sociedade se organiza. Em Belém-PA, onde o "transporte público" não tem nada de público, esses transtornos se repetem e se ampliam à medida que o descaso com a infraestrutura da cidade se resume a atender os principais bairros onde a classe média e parte da burguesia belenense reside (bem como os cartões postais da cidade), onde os grandes empresários do transporte e a prefeitura tem uma convivência pacífica, apesar dos usuários amargarem com a demora no ponto de ônibus, frotas em péssimas condições (muitos incêndios recentes em ônibus em Belém), falta de ar-condicionado, trânsito caótico, superlotação, uma tarifa que não corresponde ao serviço prestado, rotas que obrigam os usuários a terem que pegar(e pagar) mais de um ônibus para chegar em determinado lugar, falta de segurança, paradas precárias sem cobertura e sem assentos decentes.



O projeto para uma mínima melhora feito às pressas e de forma eleitoreira (ex prefeito Duciomar), o BRT de Belém foi uma verdadeira cópia de um projeto do BRT de Curitiba, 20 anos mais antigo e inapropriado para o clima de Belém. Os prefeitos seguintes deram seguimento a essa obra que dura mais de 14 anos e ainda continua desperdiçando dinheiro público e causando grandes transtornos aos trabalhadores. Por sua vez, o governador Helder Barbalho em seu primeiro mandato, em 2019, deu início às obras do BRT metropolitano que pretende interligar Belém passando por Ananindeua e chegando no início de Marituba. Obra que tinha dois anos como prazo de entrega, já dura cinco anos e parece ainda estar bem longe de seu término, o que coloca a urgência da classe trabalhadora se organizar e lutar contra esses governos que não são capazes de resolver seus problemas mais básicos.

Já é uma realidade em pelo menos 128 cidades no país políticas públicas de tarifa zero. Sendo que em 108 dessas é universal (gratuita todos os dias e em todas as linhas) tais como: Caucaia (CE), Balneário Camboriú (SC), Paranaguá (PR), Maricá (RJ), Ibitirama (MG). São exemplos em cidades com 120.000 à 350.000 habitantes. Nosso município vizinho (ANANINDEUA), já anunciou uma frota de veículos com ar-condicionado, wifi e que terá catraca livre aos domingos, assim como na cidade de São Paulo. Assim podemos ver com clareza que é perfeitamente possível, políticas que possam melhorar o serviço de transporte público na nossa cidade. Assim, propomos:

- Criação de uma empresa municipal de transporte público, com uma frota de veículos com ar-condicionado e wifi; catraca livre aos domingos e feriados; gratuidade todos os dias para desempregados, através de lei municipal.
- Criação de um sistema de ciclovias e ciclo-faixas por toda cidade
- Congelamento do preço da passagem
- Construir junto com os trabalhadores um projeto de transporte público moderno (metrô, ônibus elétricos e embarcações modernas) e lutar por sua implementação via governo estadual / federal (de longo prazo)
- Aprimorar o sistema de transporte marítimo em nossos rios que ligue nossas ilhas à capital
- Gerenciamento técnico e na circulação de veículos nas vias

9) Meio Ambiente e Mudanças Climáticas

A urbanização das cidades e a questão do meio ambiente tem sido um tema relevante, pensar em cidades planejadas é uma necessidade. Infelizmente os que mais sofrem com as enchentes, a falta de saneamento, problemas com o lixo são os mais pobres, e que são empurrados para viver nos locais com menor infraestrutura e acessos. Por isso, planejar a cidade a partir das periferias é fundamental para nosso partido, que tem como prioridade atender a classe trabalhadora e os mais pobres.

Os dados do Relatório da "Igualdade Climática", lançado pela Oxfam (2023), apontam que 1% dos mais ricos da população mundial é responsável pela emissão de dióxido de carbônico, equivalente a 66% do que a população mais pobre emite. Ou seja, os mais ricos poluem muito mais que os mais pobres, porém os mais pobres são os que mais sofrem com os impactos.

Em Belém a movimentação da COP 30 tem transformado a cidade num verdadeiro canteiro de obra, porém, sem um debate sobre como atender os trabalhadores da construção civil de Belém, com geração de emprego. Menos ainda o debate sobre sustentabilidade é discutido com o setor.

As propostas sobre meio ambiente da COP não têm passado de retórica, e as demandas os diversos segmentos da classe trabalhadora e da periferia, como mulheres, negras, LGBTQIA+, indígena, quilombola, pessoas em condição de rua, não serão atendidas.

A Avenida Liberdade (PA-020) obra em parceria com a prefeitura e o governo do estado, vai impactar a Área de Proteção Ambiental (APA) Metropolitana de Belém, onde está inserido o sítio arqueológico do Engenho do Murutucu, no Utinga, a comunidade quilombola Abacatal, em Ananindeua, e até o prédio central da Universidade Federal Rural do Pará, as Centrais de Abastecimento do Estado do Pará (Ceasa) e Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) e seus mananciais, o Bolonha que abastece toda a região metropolitana com água, e apesar dos protestos contra a construção, as obras já deram início sem as devidas escutas as comunidades locais. Confirmando que tais obras não têm objetivo de atender aos anseios das comunidades locais que habitam tais espaços, mas sim atender os interesses dos grandes capitalistas. Portanto, nossas propostas sobre meio ambiente passam por:

- Pavimentação sustentável em todas as periferias, a exemplo do asfalto de borracha e asfalto permeável.
- Educação ambiental com ampliação de lixeiras públicas e locais de descartes de móveis e eletrônicos
- Ampliar o debate sobre o lixo, em conjunto com as comunidades e os trabalhadores.
- Coleta seletiva do lixo doméstico para reduzir o que é considerado lixo, ampliar a utilização dos descartes orgânicos.
- Fortalecer as cooperativas e associações de coleta seletiva de lixo
- As empresas devem pagar maiores taxas que a população para o uso de energia elétrica e abastecimento de água.

10) COP 30:

A capital paraense será a primeira no Brasil a sediar um evento da cúpula mundial do clima das Nações Unidas. A escolha da cidade tem relevância por ser uma metrópole na Amazônia, com a maior floresta e bacia hidrográfica do mundo, a Floresta e Bacia Amazônica. No entanto a preocupação central dos governos e dos grandes empresários segue sendo o modelo de exploração, tentando incorporar a pauta da sustentabilidade. Ou seja, não há preocupações na mudança do modelo de produção econômica e social capitalista. Esta é a grande contradição em tais eventos sobre o tema climático que pouco avança numa transformação social e política da sociedade e aprofunda a destruição do planeta.

Para sediar a COP 30 o governo anunciou o investimento pelo Programa Novo PAC de R\$ 38,7 bilhões, mas já se fala nas cifras de algo em torno de 60 bilhões. O aparente investimento em projetos sustentáveis tem passado longe. As manifestações contrárias a construção da Avenida Liberdade, devido aos impactos que serão causados as comunidades locais, se somam a proposta do governo em remover mais de 6 milhões m³ de toneladas de sedimentos, através da dragagem do Porte de Belém, terminal Petroquímico de Miramar e Portuário do Outeiro, isso para os navios de grande porte atraquem em Belém, porém, os impactos ainda nem foram estudados, mas o tamanho da obra já é possível ter noção que afetará não apenas a orla da cidade de Belém, desde do Ver-o-Peso até Outeiro, mas também afetará as comunidades ribeirinhas que vivem nesta região.

A ganância pelo lucro na COP 30 deixa evidente que o objetivo não é construir cidades sustentáveis, e sim ampliar a exploração dos recursos naturais e da força de trabalho, com o discurso de sustentabilidade. Quando na realidade para se ter cidades planejadas se deveria mudar o modo de produção; planejar a vida nas cidades com transportes coletivos sustentáveis de qualidade; reduzindo a quantidade de veículos; infraestrutura e saneamento nas periferias para reduzir a o espaço entre centro e periferia; etc.



Sobre a COP 30, propomos:

- Construir uma COP paralela com os Movimentos Sociais, Comunidades Tradicionais, Ribeirinhas, Povos Originários e Trabalhadores da cidade, no qual se discuta a real política ambiental em defesa da Amazônia e seus povos.¹¹⁾ Reforma Agrária e Alimentação para a Classe Trabalhadora

Os altos preços dos alimentos nas cidades têm causas nos problemas da concentração de terras, na expansão do agronegócio, e na política de abastecimento do mercado internacional, sendo que o estado do Pará está entre os mais concentradores de terras, e que prioriza a produção de commodities e não o abastecimento de alimentos para a população.

O preço dos alimentos puxou a inflação, com INPC (Índice nacional de Preços ao Consumidor Amplo), em julho de 2024 em 4,06%, impactado pelo aumento nos preços do arroz, feijão, batata e cenoura, reflexo do mercado internacional.

O Pará é o 2º maior produtor de gado. Mesmo assim, segundo, o estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese/PA, 2024) mostrou que a carne bovina aumentou mais de 12% nos últimos 12 meses. O que reflete a produção voltada para o abastecimento do mercado internacional.

Em Belém existem 10 Assentamentos que são: PAE ILHA DO CUMBU, PAE ILHA PAQUETÁ, PAE COMPLEXO MARACUJÁ, PAE ILHA NOVA, PAE ILHA GRANDE BELÉM, PAE ILHA MURUTUCU, PAE ILHA JUTUBA, PCA PAULO FONTELES, PCA MARTIRES DE ABRIL e PCA ELIZABETE TEIXEIRA, ((INCRA, 2017). As famílias assentadas poderiam está recebendo incentivos financeiros e tecnológicos no intuito de produzir alimento para atender a população belenense.

Portanto, nossas propostas para abastecer os mercados locais e garantir preços justos às famílias de agricultores passam por:

- Política de preço mínimo para aquisição de alimentos produzidos pelos e para os trabalhadores, com garantia de preços justos aos produtores durante o período da safra.

- Feira de produtores rurais para comercialização dos produtos da agricultura familiar, sem custos aos produtores e para o transporte de seus produtos.

- Política de Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores, com créditos

- Ampliação de Restaurantes Populares e alimentação gratuita para os trabalhadores desempregados

- Cadastro e organização de famílias em cooperativas do município para comercialização de seus produtos¹²⁾ Juventude pobre e trabalhadora

Ser jovem é estar em uma encruzilhada, se por um lado existe a pressão para terminar os estudos, ensino médio ou superior, por outro existe a pressão do sistema capitalista que lucra com a jovem força de trabalho, sem experiência, para manter a superexploração de nossa classe, seja em empregos formais ou informais. No estado do Pará segundo os dados coletados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2022 a população de jovens chegava a 2.395.000 milhões.

Esse estudo também mostrou que apesar de um aumento de jovens com ocupação (14,24%), no período de 2019 a 2022, e uma queda do percentual de jovens sem ocupação (8,66%). O percentual de jovens que não estavam procurando trabalho aumentou em impressionantes 437,5%, de 2019 a 2022.



São considerados os jovens que não trabalham e nem estudam (nem-nem), muitas vezes sofrendo ainda com as opressões LGBTI+ fóbicas, machista ou ainda a opressão racista, já que a maioria dos jovens da nossa cidade é negra, pois na região metropolitana de Belém o percentual de pretos e pardos é 72,47%.

Existe ainda a grande parcela de jovens que estão em empregos informais, e mesmo os que conseguem um emprego formal, estes são na maioria em escala 6x1, ou seja, trabalha-se 6 dias na semana e folga-se 1, fazendo com que praticamente não exista vida para além do trabalho.

A realidade para quem vive na área rural de Belém, em nossas ilhas, é ainda mais desafiadora, e quando esse jovem se desloca para os centros urbanos muitas vezes encontra o subemprego.

Mas a juventude exige soluções radicais. A atitude de não aceitar o que herdou da geração anterior, levou a juventude a arrancar o direito à meia passagem, até hoje travamos atos contra os sucessivos aumentos das passagens de ônibus, já que todos os prefeitos, sem exceção, aumentaram as tarifas, e nesses atos sempre encontramos as organizações de luta do Movimento Estudantil. A precária situação do transporte público em Belém nos obriga a lutar e exigir, no mínimo ônibus, com ar condicionado e passe livre aos estudantes.

É preciso defender a juventude de empregos precários, por isso a importância de concursos públicos. Em toda discussão sobre serviços públicos, a saúde é incontornável, como serviço essencial para o desenvolvimento de nossa cidade. A garantia de que terá acesso a um serviço de qualidade é fundamental para os jovens e todos os belenenses.

No próximo ano Belém irá sediar um evento de proporções internacionais, a COP 30, uma convenção anual da ONU, para discutir as intervenções humanas perigosas ao sistema climático mundial. Quais os impactos de um evento desse porte para a juventude da nossa cidade? As obras que buscam deixar Belém mais bonita estão sendo construídas massivamente por jovens operários da construção civil que recebem salários rebaixados e muitas vezes comida de péssima qualidade e falta de segurança no trabalho. Devemos exigir salários dignos e condições adequadas de trabalho para esses trabalhadores. Não podemos admitir desvios de verbas e a falta de manutenção dessas obras após o evento, que para ser realizado está custando muita exploração aos trabalhadores nos canteiros de obras.

13) Opressão e Exploração: duas faces da mesma moeda capitalista Propostas Políticas de Gênero, Raça e Classe para Belém.

Introdução

Faz parte da tendência do Capitalismo à barbárie a exacerbação de todo tipo de Opressão, ao lado do aumento da exploração e superexploração dos trabalhadores. Os governos e as correntes de Extrema Direita estão aí para atestar a desfaçatez com a qual atacam os setores oprimidos. Em compensação, as respostas dadas pela Direita Liberal e a Frente Ampla da Esquerda Reformista, são respostas insuficientes, que ficam nos marcos do Capitalismo. São incapazes de acabar com as opressões e garantir igualdade de forma definitiva.



Não se deve opor a luta pelo Socialismo a nenhuma das questões da Democracia. As tarefas democráticas, como o combate às opressões, devem se entrelaçar com as tarefas na luta pelo socialismo. Nosso programa e projeto deve saber combinar as duas coisas. A luta contra as opressões está condicionada e subordinada à questão de classe. É preciso combater as opressões para unir a classe no interesse da revolução. É preciso combinar o combate à opressão com a luta contra a exploração. Este é o compromisso do PSTU nas eleições.

A Situação das Mulheres Trabalhadoras em Belém - Uma Política Especial para as Mulheres Trabalhadoras de combate ao Machismo e ao Feminicídio

O Censo Demográfico de 2022, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou no ano passado que, as mulheres são maioria no Pará pela primeira vez. O Estado tem uma população de 8,1 milhões de pessoas, e apresentou um crescimento de 7,1% entre 2010 e 2022. De acordo com o levantamento, a população do Pará é de 8.121.025 pessoas, sendo 4.068.751 mulheres, representando 50,1% da população; e 4.052.274 homens, sendo 49,9% dos residentes. A população da cidade de Belém (PA) chegou a 1.303.389 pessoas no Censo de 2022, o que representa uma queda de -6,46% em comparação com o Censo de 2010. Metade dessa população é composta por Mulheres da Classe Trabalhadora. Essas Mulheres na sua maioria Negras e Pobres, são as principais vítimas de todo tipo de violência do Estado Capitalista Brasileiro. A falta de Políticas Públicas efetivas e eficientes ou em condições precárias, com falta de investimentos e cortes no orçamento, só piora a vida das Mulheres Trabalhadoras.

O Plano Municipal de Políticas para Mulheres foi revisado pela gestão atual no ano passado mas na prática, quase nada avançou. Belém continua com déficits em creches públicas municipais, em moradia, saneamento, transporte público, educação, saúde, etc. Tudo isso impacta a vida mulher pobre, trabalhadora.

No quesito “Violência”, a violência contra a mulher no Brasil continua crescendo. Essa afirmação baseia-se na análise do Anuário da Segurança Pública, em comparação com 2022, das taxas de registro de diferentes crimes com vítimas mulheres: homicídio e feminicídio, nas modalidades consumadas e tentadas, agressões em contexto de violência doméstica, ameaçam perseguição (stalking), violência psicológica e estupro. Essas taxas, por sua vez, são calculadas a partir de dados extraídos dos boletins de ocorrência, isto é, do primeiro registro oficial nos trâmites do Estado de uma situação criminosa. Quando somadas, as modalidades de violência descritas acima chegam a 1.238.208 mulheres, somente em 2023. Em 2023, o Pará teve uma mulher vítima de Feminicídio, a cada 6 dias. Belém e região metropolitana registraram parte dessas mortes que segundo a Secretaria de Segurança Pública (SEGUP), expôs os dados da violência contra a mulher, só por ser mulher.

PROPOSTAS SOCIALISTAS PARA AS MULHERES TRABALHADORAS DE BELÉM!

- Aplicar na Prática, com orçamento, o Plano Municipal de Políticas para Mulheres;
- Plano de Obras Públicas para construção de Creches Públicas Municipais para Ampliação de Vagas e Reforma das Creches já existentes;
- Lavanderias Públicas para Mulheres Desempregadas e de Baixa Renda;
- Programa de Emprego e Renda para as Mulheres;
- Projeto de Lei de Classificação da Mulher Operária da Construção Civil;
- Aumento de Casas Abrigo para Mulheres e um Programa Municipal de Combate ao Machismo e a qualquer violência Contra as meninas e mulheres.

Uma Política de Raça e Classe, Quilombola, Indígena para Negros e Negras de Belém e Povo Originários e de combate ao Racismo e à Discriminação Racial e Étnica

O Povo Negro é maioria no Brasil, segundo dados do IBGE, somos quase 60% da população com 45,3% de pardos e 10,2% de pretos. Os dados do IBGE são do Censo de 2022 e significam que o Brasil é considerado Negro pela junção de Pretos e Pardos, conforme classifica o Instituto.

A População Indígena no Brasil, também cresceu, segundo o Censo do IBGE. 0,8% passaram a se autodeclarar Indígenas. Belém é uma cidade Negra e Indígena. Infelizmente, as políticas públicas municipais nunca favoreceram de fato, estas populações. Negros e Indígenas fazem parte de Grupos historicamente excluídos, marginalizados e que vivem em situações de vulnerabilidade social e humana. São populações afetadas pelas mazelas do Capitalismo, sofrem com o Racismo, o Etnocídio, o Genocídio da Juventude Negra e Periférica, a ameaça do Marco Temporal, a falta de Assistência à Saúde, Educação, Cultura, Lazer, etc.

Em relação ao Povo Negro, o Anuário da Segurança Pública do ano de 2023 registrou que o estado do Pará está em terceiro lugar, na lista de Estados onde Negros têm mais mortes provocadas por Intervenções Policiais. Foram 525 mortes no ano passado. Belém já foi palco de grandes chacinas que chocaram o estado e o país. As vítimas foram jovens negros e pobres, das periferias da Terra Firme, Guamá, Jurunas, Benguí e Tapanã. Negros estão nos serviços mais precarizados do mercado de trabalho, são maioria no mercado informal, maioria na Construção Civil. Mulheres Negras são a maioria das Trabalhadoras Domésticas, muitas como diaristas sem carteira assinada. Maioria são Mães Solos e principais vítimas do Feminicídio e do Estupro.

PROPOSTAS SOCIALISTAS PARA A POPULAÇÃO NEGRA E INDÍGENA DE BELÉM

- Implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que é o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Estudo da História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira respectivamente, nas Escolas Municipais de Belém;
 - Criar uma Secretaria para tratar das Políticas de Reparações ao Povo Negro, Quilombola e Indígena de Belém;
 - Cotas Raciais e Indígenas nos Concursos Públicos do Município;
 - Fortalecer uma Política de Combate ao Racismo e à Discriminação aos Povos Originários e Quilombolas;
 - Criar Espaços de Cultura, Lazer e Esporte para a Juventude Negra e Periférica nos Bairros.
- Programa de Geração de Emprego e Renda para a População Negra, com foco principal nas Mulheres Negras.



Uma política contra a LGBTIfobia + de combate à Discriminação e Dignidade para as LGBTIs + da classe trabalhadora! Por uma nova Stonewall

Em pelo menos onze países, a homossexualidade ou quaisquer manifestações de orientações sexuais ou identidades de gênero distintas da chamada “heteronormatividade” são punidas com a pena de morte. O mais recente a adotar este tipo de barbárie foi Uganda, em março passado. Muitos destes países estão na África, no Oriente Médio e na Ásia. Contudo, a situação também é crítica em enormes parcelas dos Estados Unidos e da América Latina e da Europa, com destaque, é preciso dizer, para países que têm seu passado fincado no stalinismo e, agora, depois da restauração capitalista, mantém o pior de suas tradições, como são o caso da Polônia, da Hungria e da Rússia.

Segundo um relatório publicado no início de 2023 pela Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Intersexos (ILGA, na sigla em inglês), dos 193 países pertencentes à Organização das Nações Unidas (ONU), 64 criminalizam qualquer tipo de relação sexual entre LGBTI+ e outros 42 têm alguma forma de restrição legal, sendo que as punições vão de espancamentos públicos à prisão, passando por multas e restrições a direitos básicos. Enquanto isto, a união civil (ou casamento) entre LGBTI+ é permitida apenas em 34 países.

No Brasil e em Belém, a situação da população LGBTI + da classe trabalhadora, pobre e periférica, não é diferente. Nenhum governo municipal seja da Direita ou da Esquerda, fez de fato algo de concreto para melhorar a vida dessa população. As Trans e Travestis seguem sendo as que mais morrem no país, principalmente as Negras. Não há uma política de Emprego para a População LGBTI +, principalmente as Trans que acabam na prostituição para sobreviver.

PROPOSTAS SOCIALISTAS PARA AS LGBTIS DA CLASSE TRABALHADORA

- Lançamento do Programa “Belém sem LGBTIfobia” nas escolas municipais e órgãos públicos. Um programa socialista de combate à LGBTIfobia;
- Criação de um Centro Municipal de Saúde para a População LGBTI+
- Programa de Geração e Renda para a População LGBTI, com foco na População Trans Negra e Periférica.

14) Como governar para os trabalhadores

O Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas assim como as Câmaras Municipais são instituições criadas pela burguesia, do campo e da cidade, para governar a serviço dos ricos, dos grandes donos de terras, os grandes comerciantes, industriais e banqueiros. Nas prefeituras das cidades, a Câmara de vereadores, além dos prefeitos, seus secretários e os próprios vereadores, cumprem o papel de aparentar ser normal a brutal violência e exploração dos projetos de exploração sobre os trabalhadores que aprovam nessas instituições. A classe trabalhadora não pode se submeter à uma Câmara de Vereadores, nem a um Congresso Nacional corruptos e completamente dominado pelos ricos. É necessário que os trabalhadores criem suas próprias instituições de poder. O PSTU tem a proposta dos Conselhos Populares que reúnam operários e o povo pobre da periferia para que decidam como deve ser o governo dos trabalhadores segundo suas condições históricas concretas e necessidades.

Estas decisões sobre saúde, educação, segurança, saneamento, moradias, os transportes de massa e sobre os Planos de Obras Públicas devem ser definidos nos Conselhos Populares e não mais submetidos à Câmara Municipal controlada pelo poder econômico dos ricos e que sempre virou as costas para os trabalhadores e para o povo pobre da periferia.

Propomos organizar um conselho popular em cada um dos distritos administrativos de Belém (Mosqueiro, Outeiro, Entroncamento, Sacramenta, Belém, Bengüi, Guamá e Icoaraci). A partir destes Conselhos, a maioria ativa e mobilizada dos trabalhadores organizados nos bairros, nas categorias, nos sindicatos, nas associações poderão definir, segundo suas necessidades e prioridades, os destinos da cidade: por uma Belém para os trabalhadores! No lugar da democracia dos ricos onde a parcela morta e desmobilizada da maioria da população entrega o poder a uma minoria rica, corrupta, opressora e exploradora, a parcela ativa, criativa e verdadeiramente democrática dos trabalhadores em luta constrói não só a tribuna do povo trabalhador e produtivo mas seu próprio governo. Assim, poderá definir seu destino.

15) De onde virá o dinheiro para a realização do plano de trabalho

Os trabalhadores podem se perguntar: de onde tirar dinheiro para custear este plano de obras públicas e as reformas propostas pelos próprios trabalhadores?

Em primeiro lugar, temos de suspender o pagamento da dívida pública (dívida com bancos nacionais e internacionais). Por exemplo, o Orçamento Federal, de 2019, foi de R\$ 3,565 trilhões. Porém, 45% deste total, ou seja, R\$1,603 trilhão foi retirado para pagar a dívida pública a banqueiros improdutivos. Para se ter uma ideia, a Educação tem um orçamento federal de apenas R\$ 126 bilhões ou 3,48% do mesmo orçamento total. A Saúde teve orçamento federal de 4,21% ou R\$ R\$ 155 bilhões do orçamento federal. A Agricultura teve somente 0,54% deste orçamento ou R\$ 15,1 bilhões. Se somarmos as verbas da saúde, da educação e da agricultura chega a somente R\$ 296,1 bilhões de um orçamento de R\$ 3,565 trilhões do qual os bancos roubaram 45%.

Esta dívida pública coloca o país inteiro de joelhos para os grandes bancos internacionais, empresas estrangeiras e governos de países ricos. Coloca o Brasil e o povo e os trabalhadores brasileiros numa relação de dependência econômica quase total com as grandes potências imperialistas. É necessária uma segunda independência nacional que represente o rompimento com o pagamento da dívida pública e o fim da relação de dependência econômica com os países ricos. Todos estes R\$ 1,603 trilhões roubados pelos bancos seria devolvido ao povo e colocado a serviço da geração de empregos, reformas nos serviços públicos e no combate à fome, como um Plano de Obras Públicas, não só para Belém, mas para todo o país.

Seria possível, também, taxar as grandes fortunas em 40%. Logo, o PSTU propõe taxar em 40% os R\$ 812 bilhões acumulados pelos 42 bilionários do país. Isto poderia gerar R\$ 325 bilhões para começar a resolver os problemas dos trabalhadores. Outra fonte são as reservas internacionais do Brasil que hoje são de US\$ 342,1 bilhões (ou cerca de R\$ 1,8 trilhão). Usado para pagar juros e amortizações da dita dívida pública, estes recurso, obtido com a exploração sobre a classe trabalhadora brasileira, pode ser utilizado na geração de postos de trabalho, como assinalamos acima na agricultura, mas, principalmente, na indústria nacional.

Além disso, suspender por dez anos em direção à suspensão permanente das remessas de lucro das multinacionais instaladas no Brasil. Estas empresas enviaram R\$ 1,1 trilhão para o mercado internacional. Isto representa muito mais do que investiram no país. Não são os trabalhadores que devem pagar pela crise. Todas as riquezas, produzidas pelos trabalhadores, devem servir para garantir melhores condições de vida aos próprios trabalhadores no campo, nas fábricas e na forma de serviços públicos de qualidade e universais. Esta riqueza é roubada aos trabalhadores pelos grandes bancos, pelas grandes empresas de capital privado. Sendo produzidas coletivamente, devem servir a todos e todas que as produzem como um bem coletivo. Que os ricos paguem a crise.

Para garantir que essas riquezas socialmente produzidas sejam um bem coletivo e não privado, a propriedade privada deve ser destruída. No seu lugar, queremos que a produção coletiva seja distribuída entre os que produzem e entre aqueles que não podem produzir, como crianças, inválidos, idosos e doentes.

Para que isto seja garantido, só um governo socialista dos trabalhadores, organizado em torno dos Conselhos Populares. Estes últimos devem ser formados por operários, desempregados, ambulantes, pequenos comerciantes, camponeses, mulheres, lgbtis+, negros e pobres das periferias, por todos os marginalizados pelo grande capital. O capitalismo não garante mais a comida, a vida e nem a paz para a humanidade. Só uma sociedade socialista pode resolver todos estes problemas. Nosso desafio é mostrar para a população que a luta que devemos travar para ter melhores condições de vida deve ser aluta para destruir aquilo que é responsável pelo nosso sofrimento, o sistema capitalista para o qual apenas o lucro e a acumulação de riquezas interessam, à custa da exploração e opressão, cada vez mais terríveis, dos trabalhadores.

A Belém que queremos é uma Belém Socialista para os Trabalhadores e o Povo Pobre!

